

SOUSA GALITO, Maria (2006). Prof. Doutor Armando Marques Guedes. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N°9, pp. 68-78.

ENT: Entrevistas



Entrevistado: **Prof. Doutor Armando Marques Guedes**
Presidente do Instituto Diplomático

Dia: 8 de Junho 2006, 16h.

Local: Instituto Diplomático, Rua das Necessidades, n° 19.

Duração da entrevista: 30m10s

MSG (Maria Sousa Galito), AMG (Armando Marques Guedes)

MSG: *Muito obrigada por me receber. A diplomacia é filha do seu tempo? O desígnio da diplomacia é promover o interesse nacional? Existe uma “velha diplomacia” versus uma “nova diplomacia” ou versus uma “diplomacia pós-moderna”?*

AMG: «A diplomacia é filha do seu tempo? Sou da opinião de que há claramente um facto emergente, uma “nova diplomacia”. Houve uma alteração, uma alteração que não foi só conjuntural mas também estrutural, no Mundo e na diplomacia que dele faz parte.

«As práticas diplomáticas estão a modificar-se, as representações que delas fazemos estão também a mudar. De tal maneira isso é verdade, que é hoje em dia imprescindível falar de uma *nova diplomacia*, nomeadamente em áreas que afectam o âmbito da diplomacia económica (DE).

«Há várias razões para tanto. Enumero algumas. Primeiro, vivemos num sistema internacional que já não se limita a ser composto por Estados. Há outros actores internacionais, entre os quais as empresas transnacionais, muitas delas não públicas; ou são entidades privadas, ou entidades de natureza híbrida; ou são de uma natureza suficientemente indefinida, para já não possamos verdadeiramente pensar a diplomacia como umnexo de relações Estado a Estado.

«Segundo, para além do que a diplomacia ter sido reconfigurada pela emergência de novos actores, a verdade é que a própria textura do relacionamento internacional está mais do que em algum momento – desde os finais do século XIX e princípios do século

XX, mas o processo tem-se intensificado desde a implosão da URSS – amplamente dependente de relações no essencial *económicas*. A diplomacia tem por isso hoje em dia novas tónicas.

«Por tudo isto, acho que a diplomacia estruturalmente – sobretudo a nova diplomacia económica – deve ser muito diferente daquilo que foi em meados do século XIX, ou até em meados do século XX. Estou completamente de acordo com a ideia de que a diplomacia é filha do seu tempo, e o facto torna-se sensível sobretudo quando há alterações para lá das conjunturais, alterações estruturais, no sistema internacional.»

MSG: *A “nova diplomacia” parece referir-se ao período entre as duas grandes guerras, até ao fim da Guerra Fria, com predomínio político-estratégico, em que os Governos usavam toda a máquina diplomática, servindo-se amplamente dos serviços secretos, do populismo, da manipulação dos meios de comunicação. Um estilo diferente do actual para levar a efeito a diplomacia. Antigamente havia uma diplomacia predominantemente comercial?*

AMG: «Eu respondo-lhe no seguimento do que disse anteriormente. Até finais do século XIX, naquilo a que eu costumo chamar “a primeira globalização”, mas que em boa verdade é a segunda (se a primeira for a Era dos Descobrimentos, mas a primeira no sentido moderno do termo, que surgiu a partir da Conferência de Berlim, de 1884/85), a lógica era sobretudo marcada pelo fluxo de pessoas, tal como hoje, mas tratava-se de pessoas de classes altas ou pessoas, ao invés, de classes muito baixas ou socialmente desclassificados.

«Era essa globalização ainda marcada por uma predominância de fluxos de intercâmbios comerciais, que afectavam enormemente as balanças comerciais dos vários Estados envolvidos; eram fluxos, ademais, em grande escala de natureza estadual ou para-estadual.

«Já não é assim. Neste momento, os fluxos de pessoas são fluxos que incluem todos os espectros sociais, não têm como tinham um tão grande predomínio de refugiados económicos – equivalente lateral equivalente contemporâneo dos *coolies* – nem se tratava só classes altas a fazerem o seu grande *tour* aristocrático britânico típico.

«Hoje os fluxos de pessoas incluem todos os grupos sociais, incluem tecno-estruturas, aparelhos diplomáticos, formam dispositivos de projecção política, incluem as multinacionais. Aquilo com que nos confrontamos associa circulação do factor trabalho, *brain drain* intelectual, estudantes, etc. Portanto, envolve um espectro social muito mais alargado do que antes fora o caso.

«Para além do mais, as trocas económicas já não são, no essencial, trocas comerciais. O que efectivamente está em causa, hoje em dia, é crescente e esmagadoramente uma hegemonia de fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE). No século XIX, o comércio era baseado na Europa e na América do Norte.

«Também isso mudou, apesar de não totalmente: pese embora a Europa e a América do Norte continuem a abarcar a maioria quantitativa dos fluxos comerciais existentes, já não são o único pólo – nem de recepção, nem de emissão. Há uma série de outros, tanto

compradores, como vendedores e vários tipos de intermediários no processo; muitas vezes intermediários num novo espectro de sentido que é o trazido pela deslocalização.

«A deslocalização a nível de mão-de-obra, de investimentos, do *packaging*, numa subdivisão da distribuição que antes não existia, fragmenta o trabalho de maneiras inovadoras.

«Deixe-me esboçar-lhe algumas das diferenças macro que vejo. Actualmente, temos uma textura muito mais intrincada, tanto a nível social como ao nível dos processos económicos propriamente ditos, emergiu uma estrutura internacional económica muito mais policentrada. O sistema é muito mais complexo.

«É difícil dizer que estamos sobretudo perante um simples e muito intenso comércio de mercadorias, de *commodities*. O que está em causa, não é a simples circulação de mão-de-obra e de matérias-primas, mas muitas vezes de serviços, uma novidade. E bens semi-produzidos: outras vezes é uma exportação parcial de uma parte da mão-de-obra embutida na produção de um objecto que é deslocalizada para um sítio, sendo depois composta noutra sítio.

«O que se verifica hoje é muito diferente daquilo que se verificava no primeiro impulso da globalização moderna, em finais do século XIX e inícios do XX.

«As implicações parecem-me óbvias. A intricação (no sentido da complexidade estrutural) é agora completamente diferente. Os pontos de aplicação da nova ordenação das mudanças económicas já não são os Estados, como antes disse.

«O público-alvo das transformações em curso e das estruturas emergentes, no sentido da clientela dos produtos, é composto por entidades muito mais subdivididas, fragmentadas e difusas. A natureza dos processos produtivos está muito mais estilhaçada. E se antes havia centros de irradiação de trocas comerciais, agora há uma espécie de um manto denso que recobre os fluxos económicos em todos os sentidos, em que a natureza essencial são fluxos de capitais, de IDE, e não comerciais.»

MSG: *O Português é Língua vincular no sistema educativo de 8 Estados, Língua oficial de países de 4 continentes, Língua (oficial) de trabalho em blocos político-regionais e outras organizações internacionais. Porque é que os lusófonos falam cada vez mais em inglês? Mais em Portugal até, do que no Brasil. No Brasil, os empresários estrangeiros têm de saber falar/escrever em português. Ainda há muito por fazer, não há?*

AMG: «Há muito por fazer, sem dúvida.

«Primeiro, um efeito de escala. O Brasil tem claramente uma implantação a nível económico que Portugal não pode ter – por muito que, em termos *per capita*, o Brasil esteja muito aquém de Portugal.

«O Brasil tem um peso demográfico e um peso do grosso da economia (o produto brasileiro) incomparável com o português. O impacto do enorme peso específico brasileiro é muitíssimo maior do que o português. Não há (ou, as poucas que hoje em

dia há, começaram muito depois das brasileiras) muitas ou muito importantes empresas transnacionais modernas portuguesas.

«Por conseguinte, o Brasil (é este o corolário) consegue uma implantação, e também um “efeito de alto-falante”, que nós não conseguimos. A projecção linguística vem como que por arrastamento.

«Isso parece-me nítido se repusermos os factos históricos no seu contexto próprio. Deram-se uma série de ocorrências conjunturais. Quando as empresas transnacionais portuguesas começaram, muitas vezes fizeram-no para países da América Latina, ou para países lusófonos onde a projecção da Língua Portuguesa era uma coisa natural. Só muito recentemente, na última dezena de anos em boa verdade, é que interesses portugueses se começaram a projectar para o Mundo não lusófono.

«Os quadros naturais de afirmação de Portugal – também das transnacionais portuguesas – eram, primeiro, a lusofonia (em geral, incluindo o Brasil, foi o primeiro lugar para onde entrámos) e, segundo, a Europa comunitária. No quadro da Europa comunitária – e apanhando esse barco – está neste momento, um terceiro mercado para as transnacionais portuguesas. O mercado dos países do alargamento da Europa, presente ou futuro; agora prevê-se na Roménia e na Bulgária, por exemplo. E começaram antes na Polónia, antes da Polónia ter aderido à União Europeia (UE).

«Há, no fundo, três mercados que estão ligados à implantação geográfica de Portugal. A voz portuguesa (em Português-de-Portugal) não era precisa fora dos países lusófonos. Não foi assim com o Brasil, os *timings* foram outros: desde cedo houve uma classe de gestores económicos brasileiros com uma grande experiência. E os espaços foram outros...

«Parece-me também haver razões mais mezinhas para a falta de uma afirmação internacional “oficial” da língua portuguesa. Paradoxalmente, se o embutimento de Portugal na UE nos favoreceu em termos de IDE, mas desfavoreceu a utilização do Português.

«Na UE, ou nos seus futuros Estados-Membros, a implantação de Portugal dependia, em larga escala, do reconhecimento da Língua Portuguesa enquanto Língua oficial da UE. O que nunca conseguimos, porque tínhamos de concorrer com a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Espanha. Uma quinta língua, *ni hablar!* Nós seríamos uma quinta, quando, obviamente, seria do maior interesse “logístico” da UE que existisse uma só Língua.

«Note que no entanto o Brasil, embora tenha vindo a ser capaz, por efeitos de escala e conjuntura, de projectar o português deles, também não tem conseguido uma internacionalização “oficial” da nossa língua comum.»

MSG: *Uma acha para a fogueira. Estudei na Universidade de Georgetown, em Washington DC. Nos EUA, a segunda Língua é o Espanhol (castelhano). Em muito pelo número de países que falam Espanhol na América Latina, do peso da comunidade hispânica a viver nos EUA, e das relações económicas que os EUA alimentam com os países hispânicos. No entanto, o Brasil é o maior país da América Latina. Nessa*

medida, os EUA podiam conferir mais relevância ao Português. E até estão a investir nessa matéria.

AMG: «Em termos de quantidade de gente, se esta for dividida por blocos, o Espanhol é mais necessário do que o Português: há muito mais países em que se fala espanhol do que países de língua portuguesa. E depois temos a infeliz, ou feliz, circunstância do *portunhol* ser uma língua exequível de negócios. Se os empresários e gestores falam Espanhol, também arranham o Português. E o contrário, de certa maneira, também é verdade, embora menos.

«Como há mais gente nas tecno-estruturas necessárias para uma implantação com sucesso no mundo hispânico, eles escusam de gastar balas e aproveitam o Português como um *side effect*, não é? Portanto, casaram-se as duas coisas.

«O facto da probabilidade de inteligibilidade mútua ser maior do Espanhol para o Português do que do Português para o Espanhol, por um lado. E, por outro lado, o facto de haver mais países latino-americanos a falar Espanhol do que a falar Português.»

MSG: *Mas é talvez necessário investir mais nas organizações internacionais a favor do Português.*

AMG: «Sem dúvida. Mas não sei se não será tarde demais. Dois, se tal é neste momento economicamente viável, nesta fase de crise e contenção. Três, se não será já anacrónico: foi levado a cabo pela União Europeia um estudo, depois retomado, em paralelo, pela *Microsoft*, pela *Google*, etc., que concluiu que a UE gasta qualquer coisa como 12 biliões de euros por ano em traduções (instantâneas, documentos).

«Tudo por causa de uma complexidade linguística que aumentou exponencialmente com o alargamento a países que não falam nem alemão, e com línguas todas diferentes umas das outras. Uma quantia astronómica é boa de ver.

«Mais, a situação tenderá a agravar-se. De repente, já não se está no clube inicial que falava variantes das mesmas Línguas ou coisas muito parecidas. Agora, são Línguas muito diferentes que estão a entrar. Ou seja, os 12 biliões de euros vão aumentar. Então, a UE (e, logo atrás, a *Microsoft*, a *Google*, etc.) resolveu investir – e uma série de Estados europeus, resolveram investir – em *voice recognition software* para Línguas; e em tradução.

«Trata-se, obviamente de uma boa aposta. Tecnicamente, já foi mais difícil conseguir a façanha a que os investigadores se propõem. Economicamente, o momento é favorável: desde que o investimento seja inferior a 12 biliões de euros por ano, já se está a poupar.

«As consequências vão ser enormes. A estimativa é que, daqui a três/quatro anos, o seu telemóvel, ou o meu, sirvam de tradutores automáticos para Línguas. Funcionarão como uma espécie de tradutores instantâneos mecânicos. Portanto, não sei se, neste sentido, não é tarde demais para a Língua Portuguesa, ou para qualquer outra, vir apostar na sua projecção extra-muros como língua de negócios. No cenário que delineei, a Língua de Negócios passa a ser o telemóvel.

«O que não derroga em nada no eventual valor *político*, em termos de *soft power*, da Língua Portuguesa enquanto Língua vincular – como Francisco Ramos lhe chama – como Língua de Negócios, etc. Tem um maior interesse para Portugal, decerto, que assim seja, mas tem-no *em termos simbólicos*. Note, porém que, se o quadro for este, só em termos simbólicos ou privados é que a Língua Portuguesa irá ter utilidade. O que altera tudo.»

MSG: *As embaixadas estão envolvidas activamente no desenvolvimento de oportunidades de negócio de investimento e comércio para Portugal? Mais de um, mais de outro?*

AMG: «Tem a ver com a percepção dos mediadores diplomáticos relativamente à valoração subjectiva que fazem em relação ao comércio e ao IDE.

«Quero começar por sublinhar a diferença existente (e nem sempre reconhecida nas suas múltiplas dimensões) entre comércio e IDE. A nível técnico-económico, trata-se, obviamente, de uma diferença estrutural. Tanto é pacífico. Num caso, é um fluxo de mercadorias de estamos a falar. No outro, de um fluxo de capitais. Mas depois há uma outra diferença, esta de escala, de que nem sempre temos consciência.

«No comércio estamos a falar de *pinots*. No IDE estamos a falar de *big fish*. E quanto a um e a outro destes dois tipos de fluxos e agentes económicos temos perspectivas diferentes, e avaliações diferentes.

«Em Portugal tal é muito claro, e tem mesmo uma concretização institucional interessante. Temos, por um lado, o ICEP que se dedica ao comércio e ao turismo. Por outro lado, temos uma API que programaticamente só trata questões a partir de um certo quantitativo. A API trata de questões comerciais, mas só desde que elas estejam posicionadas acima de um certo quantitativo. O ICEP trata de IDE desde que abaixo do quantitativo do limiar mínimo da API. A divisão é convencional. Reflecte, parcialmente, uma divisão técnica; mas, mais do que isso, exprime uma diferença socio-cultural ao nível das nossas representações.

«Reifica uma diferença de percepção. Para tornar claro o ponto que estou a tentar fazer, deixe-me recuar um pouco. Os diplomatas tendem a representar-se como membros de uma elite especial, com alguma *décalage* temporal relativamente ao que era a expressão das classes altas francesas e britânicas, por exemplo, que no século XIX, desprezavam dedicar-se ao comércio. Quem se devotava ao comércio eram os burgueses, que não tinham a sua natureza aristocrática. Eles eram a *landed gentry* e, portanto, proprietários imobiliários, de alguma maneira mais nobres. Tinham uma implantação na terra. Isto foi teorizado na teoria económica da altura, como sabe.

«Com uma *décalage* temporal, as elites diplomáticas posicionam-se acima do comércio, da mesma maneira que as elites aristocráticas do século XIX o faziam. E, do mesmo modo, tendem muitas vezes a ter alguma repugnância por domínios “pobres” como os do ICEP. Mas isto só é verdade se estivermos a falar em números com menos de nove zeros. Porque se for acima de nove zeros, adquire foros de nobreza, não é? E, por isso, a API foi criada e tem maior aceitação»

«Falando com diplomatas de várias nacionalidades a exceção, porventura, poderão ser os Tigres do Sudoeste Asiático (TSA), que se estão completamente nas tintas para serem uma espécie de vendedores ambulantes. Na maior parte dos países ocidentais há esta dicotomia.»

MSG: *Mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através das suas embaixadas, está a investir mais nos departamentos comerciais de apoio à internacionalização das empresas? Ou investe mais no âmbito político-estratégico?*

AMG: «Está a investir nos dois. Reformularia a pergunta de outra maneira. Historicamente começou pelo ICEP e só muito depois é que apareceu a API. E esta sequência não é por acaso que acontece. Tem sempre razões estruturais que, em grande parte, reflectem a evolução da natureza das relações internacionais.

«E, por outro lado, a percepção que as elites diplomáticas delas têm, aquilo a que tentei aludir. Demorou relativamente pouco tempo para que o Estado e a diplomacia reconhecessem a importância dos fluxos comerciais.

«O IDE de larga escala demorou a emergir mas, em Portugal, foi muito mais rapidamente aceite pelos embaixadores portugueses o acervo funcional de se constituírem facilitadores de IDE do que era fazerem de “agência de viagens”, de feirantes comerciais – o que compreensivelmente sentiam em relação às actividades comerciais.

«O MNE investe nas duas frentes, nos departamentos comerciais de apoio à internacionalização das empresas, e no âmbito político-estratégico. Mas a eficácia que tem não é igual numa e noutra.»

MSG: *A mentalidade é diferente.*

AMG: «É, não é? Muitos diplomatas por esse Mundo fora, desprezam a ideia de serem uma espécie de comerciantes. Mas já não desgostam da ideia de serem uma espécie de meio caminho entre o árbitro e o facilitador do *grand business* internacional. Se bem que, no limite, o IDE seja um mero comércio de capitais.

«Tradicionalmente, os negócios e o comércio têm sido encarados pelos diplomatas como algo maçador, plebeu, abaixo da sua dignidade, esotérico, conspurcado por interesse especial, ou simplesmente desinteressante. Mudar essa atitude não é fácil.

MSG: *As empresas precisam sobretudo de informação política, mais do que de informação comercial? As embaixadas podem ser um centro de recepção de negócios?*

AMG: «Na maior parte dos casos, as embaixadas, as agências diplomáticas, as chancelarias e os embaixadores funcionam não tanto como *business information centers*, mas antes como facilitadores políticos

«As empresas precisam, em noventa e nove por cento dos casos, não é de informação comercial mas de informação política. Precisam da abertura de uma porta política e não propriamente comercial. Política, aqui, entenda-se, administrativo-burocrática. E isto num duplo sentido.

«Um, numa direcção quase cartográfica de localizar o ponto de aplicação certo de intervenção face à estrutura administrativa e burocrática existente no país concreto em causa. Dois, no sentido mais pragmático de desbloquear seja o que for que possa emergir como dificuldade.

«O investidor privado não precisa, porventura na maioria dos casos, que a embaixada lhe faça um mapa das existências. Não quer dizer que não precise disso de todo: também precisará de informação. Mas precisa sobretudo de facilitação a nível jurídico-administrativa, mais do que noutra sentido.»

MSG: *E aproveitar os contactos passíveis de ser fornecidos pelas embaixadas.*

AMG: «Exactamente. Esse ponto é fundamental. Numa certa perspectiva, não se esgota nisto; mas também é isto. De uma maneira fortíssima, a diplomacia é uma *network*: uma rede. Os diplomatas são facilitadores. São pacificadores, se quiser, mas cuja função também nisto é preenchida por um funcionamento em rede: conhecem nos locais em que se instalam a gente mais importante, dão-se com eles, abrem portas.

«É certo que os diplomatas possuem outras funções, como informar os Estados de onde são provenientes sobre a situação noutros Estados; têm funções imprescindíveis de negociadores e são, portanto, intermediários negociais à procura de uma linguagem comum com o objectivo de pacificar relações e relacionamentos. Mas constituem, sobretudo, uma rede. *Onde é que eu já o encontrei na minha carreira?*

«A diplomacia, nesse sentido, constitui um escol. Os diplomatas conhecem-se uns aos outros e formam redes. Funcionam como um *lobby* num palco internacional. Por isso, facilitam muitas vezes com grande eficácia a paz. Logram porventura por vezes evitar guerras. Promovem a comunicação entre os Estados, nesse universo anárquico supraestadual.

«Pela mesma razão, os diplomatas têm utilidade política para os investidores (IDE), que precisem de um facilitador que, por efeito de uma *networking*, consiga localizar como, quando e com quem se deve intervir. A função de facilitador económico-comercial é, estruturalmente, uma extensão natural da função diplomática.

«Na genealogia da resistência dos diplomatas contemporâneos portugueses – como na maior parte das outras nacionalidades ocidentais – a baixeza que é a DE, resulta de duas coisas. Primeiro, a diplomacia económica contemporânea não envolve apenas Estados. É por isso menos “nobre”. Segundo, tem uma dimensão pecuniária que é pouco enxuta, pouco limpa, do ponto de vista das representações culturais clássicas.»

MSG: *O governo português passou a conferir prioridade à promoção externa da economia portuguesa em 2003?*

AMG: «António Martins da Cruz era Ministro dos Negócios Estrangeiros, e teve a ideia (não tanto a inventou como decidiu transformá-la num desígnio nacional) de investir em diplomacia económica. Cristalizou uma coisa que já lá estava. Cristalizou-o, mérito lhe seja feito, como desígnio programático de Governo.»

MSG: *O conceito de diplomacia económica é muito uma ideia da Era Clinton nos EUA?*

AMG: «O conceito de Diplomacia Económica ganhou força nessa altura, mas na realidade não surgiu nessa altura. No caso português, a sua emergência, em termos temporais, coincidiu de facto com a hegemonia do espírito do tempo da Era Clinton. Coincidiu com um crescente a olhos vistos dos IDE portugueses na África lusófona, no Brasil – portanto, na *Lusofonia* em geral – e nos países de Leste, países para onde a Europa ainda não se tinha alargado nessa altura.

«Com Martins da Cruz, foi-se buscar à administração Clinton a linguagem conceptual da época. Os utensílios necessários para dar corpo a uma DE portuguesa. A afirmação da prioridade nova calhou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura. O que é facto é que a DE já vinha a decorrer há muito tempo.

«Note que o comércio de especiarias podia entender-se como DE. Note que a vinda do ouro do Brasil para Portugal – não sendo diplomacia, porque o Brasil não era um outro Estado – era, de alguma maneira, DE. Note que os intercâmbios com o Norte de África, de cereais desde a Idade Média, eram DE *avant la lettre*.

«Note que os fluxos de pessoas, de emigrantes, e as remessas de emigrantes, antes e logo a seguir ao 25 de Abril, eram DE. Note que a ajuda pública ao desenvolvimento, depois de 1974, com os países africanos lusófonos, não havia como Estado independente, não era conseguido *como DE* mas era DE; *sui generis*, mas DE. O que o XV Governo fez em 2003 foi cristalizar o modelo em termos jurídico-políticos.»

MSG: *Se eu perguntasse ao Sr. Prof. se já existe actualmente, em Portugal, um modelo de diplomacia económica estruturado e consistente, dir-me-ia que sim?*

AMG: «Respondia-lhe a dois níveis. Se me está a perguntar se há práticas reiteradas em termos consuetudinários e que estão a formatar aquilo que poderíamos reconhecer por contraste como Modelo Português de DE, a minha resposta: sem dúvida nenhuma.

«Se a pergunta é, se em termos de actos de vontade ou se em termos normativos e essenciais, já há aquilo a que possamos caracterizar como uma DE portuguesa, julgo que ainda é cedo para dizer tanto. A DE portuguesa é uma entidade emergente. É uma prática real em processo tateante de consolidação.»

MSG: *Terminamos com a questão sobre o suposto triângulo atlântico formado pela Europa/África/América. No caso específico, possivelmente criado por Portugal (Europa) / Brasil e EUA (América) /PALOP (África).*

AMG: «Devo dizer que julgo que há, parece-me evidente, uma nova aliança entre Portugal e os novos Estados africanos, sobretudo lusófonos. É evidente que há um interesse norte-americano nos novos Estados africanos. Temos uma aliança histórica entre Portugal e os EUA. Pelo que há uma triangulação quase que automática.

«Se do ponto de vista político – não estamos a levar em conta as iniciativas sociais espontâneas e avulsas, que me parecem ser a história de sucesso do nosso relacionamento lusófono – estaremos a lograr de facto e de maneira eficiente e eficaz

tomar em mão e transformar num programa político o que tem sido espontâneo e automático, esta é outra questão.

«Em todo o caso, o triângulo Portugal (Europa) / Brasil e EUA (América) /PALOP (África) não é o único triângulo existente. Digo-lhe mais dois. Um, através do Fórum Macau, que está a utilizar Portugal como uma placa giratória, relativamente aos países africanos.»

MSG: *Ou seja, Portugal/China/PALOP. E é muito da iniciativa dos chineses.*

AMG: «É muito da iniciativa deles. Há um outro em gestação, que inclui os mesmos actores, excepto os EUA, aqui substituídos pela China.»

MSG: *Ou seja Portugal/China/Brasil/PALOP. Falamos também da CPLP.*

AMG: «Porventura a CPLP. Tenho dúvidas que do ponto de vista chinês, o Brasil tenha o mesmo interesse estratégico que os outros países lusófonos.»

MSG: *A China tem investido imenso em Angola.*

AMG: «Gigantescamente, em termos de pessoas e de infra-estruturas, nomeadamente na recuperação de caminhos-de-ferro, nas zonas portuárias, etc. Em Macau, também. E em Timor-Leste fá-lo-ão se puderem.

«Há um outro actor emergente, a formar um triângulo estratégico em que Portugal tem, mais uma vez, uma posição de pivot que é a União Europeia. Enquanto actor global.»

MSG: *E Portugal ganha outra relevância por fazer parte da União Europeia.*

AMG: «Nem mais. Em África, a UE é o maior dador para o desenvolvimento, enquanto actor económico. Portanto, a questão é porventura mais interessante no contexto de outros triângulos estratégicos, que envolvem Portugal e os países africanos. Outro será com a UE. E outro será com a China. E nenhum deles faz sentido sem os outros, porque não são necessariamente congruentes entre si. Vivem-se tensões e incompatibilidades. Do mesmo modo que há potencialidades: uma expressão (outra) da complexidade que eu falava há bocado.»

MSG: *Acha que a CPLP poderá ter um aprofundamento económico?*

AMG: «É verdade que nos outros blocos regionais a proximidade geográfica e a semelhança cultural atenuam obstáculos e facilitam a intensificação dos relacionamentos a nível económico. Nisso a disseminação que caracteriza a CPLP não ajuda. Também é verdade que a inter-continentalidade (4 continentes) que envolve a CPLP, impõe dificuldades – sobretudo a nível político. E depois, a nível linguístico. Repare, a Guiné-Bissau é praticamente francófona – mais do que lusófona, neste momento. E Moçambique aderiu à *Commonwealth*.»

MSG: *Mas o Senegal candidatou-se recentemente à CPLP.*

AMG: «Ora bem. O que mostra bem as vantagens de uma regionalidade que a CPLP não tem. Mas não creio que, por isso, devamos baixar os braços; as influências regionais são gigantescas, mas há outras forças – que não as regionais – em actuação. Se me disser, a nível linguístico, a inserção regional em quatro continentes, está a criar problemas à CPLP e, em resultado, a CPLP não pode realizar a ideia de Fernando Pessoa, *A minha Pátria é a Língua Portuguesa*, terá decerto alguma razão. Construir uma entidade lusófona, remete para a entidade linguística, é *wishful thinking*.

«E se depois me disser que temos regimes políticos diferentes, estamos em zonas do mundo diferentes, experimentamos coesões políticas diferentes e, nessa medida, pensar numa *Commonwealth*, numa Confederação difusa, cuja natureza – no essencial política – para a CPLP, é *wishful thinking*, isso também é verdade.

«Não é tudo. De um ponto de vista económico há ainda dificuldades que resultam da existência de blocos regionais emergentes, um processo que não é o da CPLP e o contraria, o faz funcionar contra a corrente, de algum modo.

«Mas, em minha opinião, é talvez mais fácil avançar a nível económico – pese embora, as imensas dificuldades. Cumpre-me desenhar a via para tanto. Cabe a esta geração fazê-lo.»

MSG: *Muito obrigada, Prof. Armando Marques Guedes.*